



## Custos na administração pública: Análise dos custos educacionais em Luziânia/GO

**Thiago Spiri Ferreira**

*UEL – Universidade Estadual de Londrina*  
*thiagospiri@gmail.com*

**Camila Moliani Ferri**

*UEL – Universidade Estadual de Londrina*  
*camilamoliani@hotmail.com*

**Saulo Fabiano Amâncio Vieira**

*UEL – Universidade Estadual de Londrina*  
*saulofav@gmail.com*

**Izabela Calegario Visentin**

*UNIDESC – Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro Oeste*  
*izabela.calegario@unidesc.edu.br*

**Pablo Henrique Paschoal Capucho**

*UEL – Universidade Estadual de Londrina*  
*pablocapucho@hotmail.com*

**Recebimento:**

12/02/2020

**Aprovação:**

24/06/2020

**Editor responsável pela aprovação do artigo:**

Dra. Nayane Thays Kespi Musial

**Editor responsável pela edição do artigo:**

Dra. Nayane Thays Kespi Musial

**Avaliado pelo sistema:**

*Double Blind Review*

A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.

### Resumo

O estudo teve como objetivo mensurar a relação das variáveis de custos, socioeconômicas e pedagógica no desempenho dos alunos do Ensino Fundamental de Luziânia – GO. A pesquisa realizada é de caráter quantitativo, descritiva, por meio um censo das escolas municipais de Ensino Fundamental da cidade de Luziânia – GO. A coleta de dados foi feita através de dados secundários disponibilizadas pelo portal da transparência do município, somados aos dados do Inep e QEdU. As análises foram realizadas através de estatística exploratória/descritiva, correlação e regressão. O município apresentou médias de 5,4 para o IDEB e 50,1 para o Nível Socioeconômico, categorizando o município como nível IV na tabela do INEP. No que diz respeito aos custos, os custos pedagógicos tiveram a maior representatividade entre os custos anuais, com 79,5%. A variável que apresentou maior correlação com a nota do IDEB foi a socioeconômica, qual representou 28,3% da variância da nota. O estudo é relevante para a área de Educação e Contabilidade, pois apresenta um novo modelo de método de análise das características de custos educacionais em âmbito municipal, assim como auxilia no controle dos recursos públicos.

**Palavras-chave:** Ensino Fundamental. Educação. Custos. Gestão Pública. Desempenho Escolar.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**CONTABILIDADE**  
MESTRADO E DOUTORADO

**DOI:**

<http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v11i2.71019>

## COSTS IN PUBLIC ADMINISTRATION: ANALYSIS OF EDUCATIONAL COSTS IN LUZIÂNIA / GO

### ABSTRACT

The study aimed to measure the relationship between the cost, socioeconomic and pedagogical variables in the performance of students in the Elementary School of Luziânia-GO. The research carried out is quantitative, descriptive, through a census of municipal elementary schools in the city of Luziânia-GO. Data collection was done through secondary data provided by the municipality's transparency portal, added to data from Inep and QEdu. The analyzes were performed using exploratory / descriptive statistics, correlation, and regression. The municipality presented averages of 5.4 for the IDEB and 50.1 for the Socioeconomic Level, categorizing the municipality as level IV in the INEP table. Regarding costs, teaching costs had the greatest representation among annual costs, with 79.5% and it was possible to identify a significant difference between the resources invested in schools. The variable that showed the highest correlation with the IDEB score was socioeconomic, which represented 28.3% of the note variance with statistical significance ( $p < 0.05$ ). The study is relevant to the area of Education and Accounting, as it presents a new model of method for analyzing the characteristics of educational costs at the municipal level, as well as assists in the control of public resources.

**Keywords:** Elementary School. Education. Costs. Public administration. School performance.

### 1 Introdução

Governar é tomar decisões constantemente, a respeito de alternativas de ação em prol de uma coletividade. A administração pública deve buscar promover a sociedade e “para isso deve atuar de maneira efetiva para viabilizar e garantir os direitos do cidadão que estão consagrados na Constituição” (Matias-Pereira, 2012, p. 9). Tais aspectos devem estar presentes nas diferentes áreas da gestão pública, especificamente na área de educação, que é objetivo da presente pesquisa.

Educação é um serviço público que deve estar ao alcance de todos os indivíduos, sendo amparado pelo Estado, o qual precisa fazer investimentos e também avaliações dos programas e ações adotados. Por isso, comparar valores referentes a custos educacionais encontrados em um município pode levar a algumas considerações relevantes, identificando as principais demandas e necessidades de uma escola.

Além disso, verificar o desempenho dos alunos pode proporcionar a percepção de um adequado investimento em educação, ou ainda, falhas de orientação do valor financeiro. O desempenho positivo dos estudantes denota se a unidade escolar tem conseguido realizar sua função; e o custo das escolas mostra como o valor investido tem sido utilizado. Ao comparar as informações, observa-se as unidades que puderam utilizar da melhor forma os meios investidos para alcançar os melhores resultados, ou seja, desenvolvimento dos alunos.

Considerando os aspectos acima formulou-se o seguinte objetivo de pesquisa: mensurar a relação das variáveis de custos, socioeconômicas e pedagógica no desempenho dos alunos do Ensino Fundamental da cidade de Luziânia - GO. O estudo justifica-se pela relevância dos anos iniciais do ensino fundamental pela base da educação dos discentes. Compreender a relação do desempenho com variáveis influentes auxilia na elaboração de políticas públicas mais efetivas a fim de melhorar a qualidade da educação básica municipal.

Além disso, o estudo diferencia-se de análises semelhantes pela utilização dos custos como variável ao invés das despesas, pois, enquanto as despesas consideram bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receita, o custo se refere a gasto utilizado na produção de um bem ou serviço (Martins, 2010), o que o torna mais coerente com a análise da educação municipal.

A administração pública conta ainda, desde 2010, com o Sistema de Informação de Custos do Serviço Público (SICSP). Conforme retratam Machado e Holanda (2010), o SICSP se concentra no âmbito federal, não sendo utilizado pelos municípios, os quais são o elo mais frágil do sistema administrativo (Abu-El-Haj, 2005). A utilização dos custos no nível municipal possibilita novas análises.

O artigo está organizado da seguinte forma: após a introdução elaborou-se os tópicos da fundamentação teórica com os temas de administração pública, finanças públicas e educação no Brasil. Posteriormente são descritos os procedimentos metodológicos, a apresentação e análise dos dados finalizando com as considerações finais.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Administração Pública

A administração pública é definida pela Constituição Federal, de 1988, como direta e indireta, sob a responsabilidade dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, devendo obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Brasil, 1988). Matias-Pereira (2012, p. 93) entende administração pública como “todo o sistema de governo, todo o conjunto de ideias, atitudes, normas, processos, instituições e outras formas de conduta humana que determinam: (a) como se distribui e se exerce a autoridade política; (b) como se atende aos interesses públicos”.

A administração pública evoluiu por meio de modelos básicos: patrimonialista, burocrático e gerencial. O primeiro modelo predominou na época pré-capitalista, na qual o Estado era como uma extensão do poder do monarca e havia uma confusão entre o público e o privado. O patrimonialismo é caracterizado pela forte presença das seguintes características: nepotismo, corrupção, ineficiência, improviso, falta de profissionalismo, ausência de métodos de trabalho, falhas de planejamento, entre outras (Bresser-Pereira, 1996).

Quando o capitalismo industrial, no século XIX, começou a ganhar força, passou a ser necessário abandonar o patrimonialismo, separar o Estado do mercado, distinguir o público do privado e separar o político do administrador público (Bresser-Pereira, 1996). Assim, o modelo burocrático passa a vigorar apresentando algumas fortes características: formalidade (configuração de hierarquia, formalização de documentos, processos e comunicações), impessoalidade (as posições hierárquicas pertencem à empresa, não às pessoas) e o profissionalismo (as promoções devem estar atreladas à experiência e ao desempenho) (Secchi, 2009).

No entanto, os problemas advindos do crescimento da sociedade demandaram uma administração mais gerencial. O modelo pós-burocrático, a administração pública gerencial, conforme Secchi (2009), serviu para estruturar a gestão da administração pública e baseou-se em valores como produtividade, orientação ao serviço, descentralização, eficiência na prestação de serviços, *marketization* (uso de mecanismos do mercado dentro da esfera pública) e *accountability* (é o somatório dos conceitos de responsabilização, transparência e controle).

O Estado, por meio de sua estrutura administrativa, é o instrumento responsável por materializar os direitos fundamentais dos cidadãos. O poder público, na verdade, existe para satisfazer esses direitos, isto é, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade e também os direitos sociais, como a educação, a saúde, o trabalho, a previdência, a proteção, entre outros elencados na Constituição (Bernardi, 2007).

### 2.2 Finanças Públicas

Finanças Públicas é atividade financeira do Estado, a qual “está orientada para a obtenção e o emprego dos meios materiais e de serviços para a realização das necessidades da coletividade, de interesse geral, satisfeitas por meio do processo do serviço público” (Matias-Pereira, 2012, p. 121).

O governo é, portanto, a entidade responsável por coletar recursos através dos impostos cobrados de uma parte da população, transferindo-os para outra parte da população. Esses recursos são empregados em algumas funções *típicas de governo* por se tratar da oferta de bens públicos, como saúde, educação, defesa nacional, policiamento, regulação, justiça e assistencialismo (Giambiagi & Além, 2011). A arrecadação tributária torna-se, portanto, a principal fonte de receita do setor público.

A política fiscal é a responsável pela gestão das arrecadações já que “envolve a administração e a geração de receitas, além do cumprimento de metas e objetivos governamentais no orçamento, utilizado para a alocação, distribuição de recursos e estabilização da economia” (Matias-Pereira, 2012, p. 148). Por meio dela, pode-se aumentar a renda e o PIB e aquecer a economia, fazendo uma distribuição de renda mais justa.

A política fiscal tem basicamente dois objetivos principais: garantir uma gestão fiscal responsável, cumprindo metas para um orçamento equilibrado; e, promover uma gestão integrada e compartilhada, estimulando a cidadania fiscal (Matias-Pereira, 2012).

A arrecadação dos recursos forma o orçamento público que, segundo o Código de Contabilidade francês, no início do século XIX, é como a “lei que fixa a despesa e estima a receita” (Giacomoni, 2007, p. 55). A execução dos orçamentos considera os gastos, os quais nessa pesquisa serão tratados segundo os custos, pois eles dizem respeito ao “gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços” (Martins, 2010, p. 26).

Guimarães Neto (2012) classifica os custos em diretos e indiretos, conforme o interesse e o processo produtivo da organização. Custos diretos estão diretamente relacionados ao processo produtivo e os indiretos não podem ser identificados em cada produto, pois dizem respeito a um benefício gerado em toda a produção. Além disso, considerando a relação entre os custos e o volume de atividade, os custos podem ser fixos, variáveis, semifixos e semivariáveis. Os fixos não variam, independente do volume de produção, os custos variáveis são dependentes do volume de produção e, os semifixos são fixos até certo ponto, passando a variáveis quando ultrapassam este referencial.

### 2.3 Educação no Brasil

A educação é um processo formativo que se faz presente na vida de uma pessoa em praticamente todas as etapas, não sendo exclusividade da vida estudantil, embora seja durante essa fase que ela se desenvolva de maneira mais expressiva. Isso significa que a educação é muito mais importante na fase escolar de um indivíduo e que, por isso, deve estar ao alcance de todos. Por conseguinte, avaliar o desenvolvimento da educação dada aos estudantes auxilia na qualidade do processo formativo dos cidadãos.

A educação no Brasil é regulamentada pelo Ministério da Educação, órgão da administração federal direta responsável pela promoção e desenvolvimento educacional do país. A ele compete: zelar pela política nacional de educação, pela educação infantil e educação em geral (ensino fundamental, médio, superior, jovens e adultos, educação profissional, especial e à distância), além de avaliar, informar e realizar pesquisa educacional, incentivar a pesquisa e extensão universitária e o magistério, bem como assistir financeiramente às famílias carentes para a escolarização dos filhos ou dependentes (Ministério da Educação, s/ano).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) coloca como responsabilidade da União, a avaliação do rendimento escolar em nível nacional, com o sistema nacional de avaliação da Educação Básica (Saeb) desenvolvido na década de 80 (Santos, 2002).

A LDB é postulada pela lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, em seu artigo 11, incumbe as municípios a responsabilidade no inciso V de “oferecer a educação infantil em creches e pré escolas, e com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente

quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competências e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino” (Brasil, 1996).

Então, o Ministério da Educação criou indicadores para avaliar a educação desempenhada nas mais diversas escolas. Neste trabalho, foram utilizados como parâmetro, dois indicadores educacionais, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Nível Socioeconômico (NSE).

O IDEB foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e serve para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O IDEB pode ser calculado a partir da taxa de rendimento escolar – índice de aprovação e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP (Ministério da Educação, s/ano). O IDEB é uma escala de razão que apresenta notas entre 0 a 10. O NSE, “sintetiza as características dos indivíduos em relação à sua renda, ocupação e escolaridade, permitindo fazer análises de classes de indivíduos semelhantes em relação a estas características” (QEdU, 2015). Com sete níveis de descrição pelas notas de 0 a 100, as suas respectivas descrições são apresentadas conforme podem ser observadas no Quadro 1.

**Quadro 1:** Nível, Nota e as Características das Escolas pelas Notas

Nível	Nota	Descrição
I	até 30	O menor nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um ou dois telefones celulares e um banheiro; não contratam empregada mensalista; a renda familiar mensal é de até 1 salário mínimo; e seu pai ou responsável nunca estudou e sua mãe ou responsável ingressou no ensino fundamental, mas não o completou.
II	de 30 a 40	Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um ou dois telefones celulares e um banheiro; bem complementar, como videocassete ou DVD; não contratam empregada mensalista; a renda familiar mensal é de até 1 salário mínimo; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) ingressaram no ensino fundamental, mas não o completaram.
III	de 40 a 50	Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um ou dois telefones celulares e um banheiro; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); não contratam empregada mensalista; a renda familiar mensal está entre 1 e 2 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) ingressaram no ensino fundamental, mas não o completaram.
IV	de 50 a 60	Já neste nível, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como um rádio, uma geladeira, um ou dois telefones celulares, um banheiro e, agora, dois ou mais televisores em cores; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); bens suplementares, como freezer, um telefone fixo e um carro; não contratam empregada mensalista; a renda familiar mensal está entre 1 e 2 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram o ensino fundamental, podem ter concluído ou não o ensino médio, mas não completaram a faculdade.
V	de 60 a 70	Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo maior de bens elementares; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); bens suplementares, como freezer, um telefone fixo, um carro, além de uma TV por assinatura e um aspirador de pó; não contratam empregada mensalista; a renda familiar mensal é maior, pois está entre 2 e 12 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram o ensino fundamental, podem ter concluído ou não o ensino médio, mas não completaram a faculdade.

VI	de 70 a 80	Neste nível, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); bens suplementares, como freezer, um telefone fixo, uma TV por assinatura, um aspirador de pó e, agora, dois carros; contratam, agora, empregada mensalista; a renda familiar mensal é alta, pois está acima de 12 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram a faculdade e podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.
VII	acima 80	Este é o maior nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares, como duas ou mais geladeiras e dois ou mais televisores em cores, por exemplo; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); maior quantidade de bens suplementares, tal como três ou mais carros e duas ou mais TVs por assinatura; contratam, também, empregada mensalista; a renda familiar mensal é alta, pois está acima de 12 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram a faculdade e podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.

Fonte: Adaptado e atualizado pela INEP (2014)

Tem-se ainda que relacionado a questão de custos na educação municipal como os indicadores no contexto brasileiro os trabalhos de Borinelli, Amâncio-Vieira, Negreiros, Pereira e Pereira (2014) que realizaram um estudo em Ibiporã-PR, analisando a relação entre custos, desempenho e variáveis educacionais do ensino fundamental. Catelan, Negreiros, Amâncio-Vieira e Carvalho (2016) identificaram os custos, desempenho e estrutura educacional do ensino fundamental no município de Rolândia-PR. Negreiros e Amâncio-Vieira (2012) propôs uma metodologia de apuração de custos de unidades escolares para fins de produção de indicadores de gestão de escolas do ensino fundamental, em Londrina-PR. E Amâncio-Vieira, Borinelli, Negreiros e Dalmas (2015) analisaram a relação entre o custo direto e o desempenho escolar nas escolas de ensino fundamental de Londrina-PR. De modo geral, os trabalhos citados lidam com a ideia de conhecer as informações condizentes aos custos das unidades escolares, comparando-os com os indicadores educacionais, a fim de identificar o desempenho dessas escolas.

## 2.4 Custos na Administração Pública

O Decreto Lei nº 200/1967, que estabeleceu diretrizes para a reforma administrativa federal, com efeitos para estados e municípios, dispôs que a contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão (Oliveira *et al.*, 2013). As recentes mudanças no ambiente econômico mundial têm levado a administração pública a buscar melhor eficiência e qualidade nos serviços públicos. Nesse novo cenário, produtividade e qualidade constituem-se em metas a serem alcançadas por todas as instituições. Mas, para se alcançar esses resultados, são indispensáveis um nível de informação condizente com os objetivos pretendidos.

No Brasil, poucos são os casos de implantação de sistemas de custos no setor público. Nos últimos anos, principalmente após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – LC nº101/2000), tem crescido as movimentações em torno da necessidade da implantação desses sistemas pelo setor governamental.

A implantação dos sistemas de custos tem como beneficiários o setor público e a própria sociedade. Segundo Alves Filho (2004), destacar alguns benefícios como o dimensionamento ou redimensionamento dos preços dos serviços públicos com maior transparência e objetividade, subsídio ao processo de tomada de decisões, com um efetivo controle de custos, redução de desperdícios, a consequente racionalização dos custos, otimizando a aplicação dos recursos públicos, e uma avaliação, simulação e análise de alternativas, visando otimizar os processos e atividades de elaboração dos serviços públicos dentre os principais benefícios.

Existem vários métodos de custeio aplicável ao setor público com suas devidas características, o que ocasionou diferentes terminologias, significados distintos ou similares do sistema de custo durante anos dependendo do autor. Segundo Machado (2002), o sistema de custo deve conter em sua estrutura básica os seguintes pontos: sistema de acumulação de custo, sistema de custeio e método de custeio ou método de apropriação de custo.

No que tange à classificação dos custos para a educação municipal, utilizou-se a categorização feita por Amâncio Vieira et al. (2013), o qual distingue os custos conforme suas finalidades. Desta forma, o custo total é desmembrado em custo pedagógico (remuneração de professor), custo social (merenda e funcionários responsáveis pela manipulação dos alimentos) e custo administrativo (remuneração de outros funcionários e despesas fixas da escola, energia, água, link de internet entre outros). O transporte não é um custo mensurado no estudo por critérios de adequações metodológicas para critério de comparação entre as unidades escolares pesquisadas.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Com as buscas de dados como indicadores de desempenho, custos diretos e indiretos e uma avaliação temporal, a pesquisa tem a abordagem quantitativa e descritiva, e quanto aos meios de pesquisa, foram pesquisa bibliográfica, documental, com dados secundários e levantamento censitário nas escolas do município de Luziânia - GO.

A abordagem quantitativa visa mensurar com variáveis quantificáveis, como custos de professores, custos de materiais ofertados, infraestrutura escolar, uma possível relação, utilizando técnicas estatísticas, os desempenhos das escolas quanto as notas dos alunos.

Quanto aos fins, a pesquisa se classifica como descritiva por apresentar de características de uma determinada população, o que tornou possível avaliar as correlações entre as variáveis que define a natureza da pesquisa e também possibilitou a captura e a demonstração do cenário de uma situação expressando em números os dados selecionados, e pretende descrever com certa exatidão os fatos e fenômenos que vive uma determinada realidade de uma comunidade (Castro, 1976; Triviños, 1987).

O levantamento censitário tem como potencialidade a busca na totalidade da população a ser estudada, avaliando de uma forma geral as características e informações para o estudo. Censo é o conjunto de dados estatísticos que apresenta características de uma determinada população com suas particularidades. Neste estudo o levantamento das informações buscou-se todas as escolas municipais de ensino fundamental (anos iniciais) do município de Luziânia – GO.

Os indicadores, assim como as informações levantadas, tiveram seus valores baseados no ano de 2013, pelos dados disponibilizados em cruzamentos dos indicadores como IDEB e NSE, sendo os dados coletados das escolas apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2: Escolas analisadas da cidade de Luiziânia - GO

N	Escola	N	Escola
1	1ª Escola Polo Municipal Rural Realino Caixeta	22	Escola Municipal Eleuza Aparecida de Paiva Neto
2	2ª Escola Polo Municipal Rural Darcy Ribeiro	23	Escola Municipal Francisco Vieira Lins (Saldo) - D'alva IV
3	3ª Escola Polo Municipal Rural Nair Tiecher	24	Escola Municipal Getúlio José da Costa

N	Escola	N	Escola
4	4ª Escola Polo Municipal Rural Americanos	25	Escola Municipal Jardim Flamboyant – Alzira Elvira Xavier
5	5ª Escola Polo Municipal Rural Hortência Maria Felácio	26	Escola Municipal Kelly Susan Santos
6	6ª Escola Polo Municipal Rural José Rodrigues dos Reis (Três Vendas)	27	Escola Municipal Kennedy – Professora Maria Clarice Meireles de Queiroz
7	CEMEB - Manoel Fernandes Vieira	28	Escola Municipal Laudimiro Roriz
8	CEMEB - Maria de Nondas – CAIC	29	Escola Municipal Mingone I – Alda Vieira de Souza
9	CEMEB - Natália Aparecida Louzada Alves – Mingone II	30	Escola Municipal Osfaya
10	CEMEB - Professor Joaquim Gilberto	31	Escola Municipal Palhoça - Professora Edinir Celeste Roriz Lima
11	Escola Municipal - Professora Joana D'arc Marciel de Leles	32	Escola Municipal Professor Ismar Gonçalves
12	Escola Municipal André Rochais	33	Escola Municipal Professor Sebastião de Araújo Machado
13	Escola Municipal Carlos Alberto Brandão Ferreira (Padre Teto)	34	Escola Municipal Professora Eva Marra Rocha
14	Escola Municipal Cora Coralina	35	Escola Municipal Professora Gislene Valéria da Costa
15	Escola Municipal D'alva VII – Professora Geralda Divina Lopes Neto	36	Escola Municipal Ramiro Aguiar
16	Escola Municipal D'alva X – Marcílio Dias	37	Escola Municipal Santa Fé
17	Escola Municipal Dilma Roriz Medeiros	38	Escola Municipal São Caetano - Rita Gonçalves de Faria
18	Escola Municipal Dom Agostinho (Cruzeiro do Sul)	39	Escola Municipal Setor Norte Maravilha - Professor Belim
19	Escola Municipal Dom Bosco	40	Escola Municipal Silas Santos Júnior
20	Escola Municipal Dona Geni da Costa Afonso	41	Escola Municipal Sol Nascente - Professora Ilka Meireles de Matos
21	Escola Municipal Dona Nina (Jardim Planalto)		

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Os dados dos custos foram obtidos junto a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Luziânia. Os outros dados de nível socioeconômico e IDEB foram obtidos pelos dados abertos disponibilizados no portal eletrônico do INEP (2014a, 2014b, 2014c).

Na segunda etapa dos procedimentos metodológicos, realizou-se análise com estatística descritiva, com uma análise de correlação e regressão para responder ao objetivo do estudo, levantando qual ou quais variáveis influenciam o desempenho acadêmico dos alunos do ensino fundamental. Para mensurar a correlação utilizou-se o software *Microsoft Office Excel*, assim como a regressão como as variáveis classificadas, os resultados levantados estão apresentados na seção seguinte.

**Tabela 1:** Descrição dos valores do coeficiente de correlação

Descrição da correlação	Variação do Coeficiente
Muito forte	$\pm 0,91 - \pm 1,00$
Alta	$\pm 0,71 - \pm 0,90$
Moderada	$\pm 0,41 - \pm 0,70$
Pequena, mas definida	$\pm 0,21 - \pm 0,40$
Leve, quase imperceptível	$\pm 0,01 - \pm 0,20$

**Fonte:** Adaptado Hair *et al.* (2005)

Classificou-se ainda os custos educacionais em: custos pedagógicos, custos administrativos e custos sociais. O primeiro refere-se aos custos relacionados diretamente ao processo educacional escolar (docentes, assistentes de sala). O segundo relaciona-se as atividades de suporte administrativo do ambiente escolar e o terceiro estão relacionados a questões sociais que levam os alunos ao ambiente escolar (merenda).

**Quadro 4:** Categorização das variáveis

VARIÁVEIS INDEPENDENTES	VARIÁVEL DEPENDENTE
Local	DESEMPENHO ESCOLAR Nota do IDEB
Núm. Alunos	
Custos Pedagógicos mensais por aluno	
Custos Administrativos mensais por aluno	
Custos Sociais mensais por aluno	
Indicador do Nível Socioeconômico	

**Fonte:** Elaborado pelos autores

A partir dos procedimentos metodológicos descritos, a próxima seção apresenta e analisa os dados coletados no município de Luziânia.

#### 4 Análise dos Dados

A análise descritiva apresenta as características das escolas estudadas ( $n=41$ ), com 85,4% das escolas sendo municipal urbana e 14,6% municipal rural. Ao total, a rede municipal contava com 17.242 alunos, com uma média de 421 alunos por escola. No entanto, a somatória dos alunos de três escolas urbanas totaliza 16,7% do total de alunos da rede municipal, sendo elas: a escola Francisco Vieira Lins ( $n=982$ ), seguido da E.M Dona Geni da Costa Afonso ( $n=973$ ) e CEMEB - Professor Joaquim Gilberto ( $n=930$ ). Em contrapartida, os menores números de alunos estão nas escolas rurais, com 4ª Escola Polo Municipal Rural Americanos ( $n=101$ ), 3ª Escola Polo Municipal Rural Nair Tiecher ( $n=110$ ) e 1ª Escola Polo Municipal Rural Realino Caixeta ( $n=116$ ), somados os alunos das escolas rurais, o número chega a 936 cadastros de alunos.

Quanto ao desempenho dos alunos, o indicador utilizado foi o IDEB, apresentou-se a média da cidade com a nota de 5,4 pontos, lembrando que a avaliação está relacionada aos anos iniciais, que são mensurados no 5º ano, com uma prova das disciplinas de português e matemática, um desvio padrão de 0,6 pontos,

pontuando a nota maior com 6,9 e a menor com 3,5, o coeficiente de variação entre as notas apresentou um índice de 11,7%, considerado baixo, considerando que as notas estão muito próximas a média.

**Tabela 2:** Resumo de valores dos indicadores IDEB e NSE

IDEB	Descrição	NSE
5,4	Média	50,1
6,9	Valor Máximo	55,6
3,5	Valor Mínimo	46,1
0,6	Desvio Padrão	2,0
11,7%	Coeficiente de variação	3,9%

**Fonte:** Dados da pesquisa

O nível Socioeconômico, indicador com valor máximo de 100 pontos, apresentou uma média de 50,1 dentre as escolas, categorizando o município como nível IV (possui bens elementares e com renda familiar mensal está entre 1 e 2 salários mínimos), justificados pela maior nota do NSE que apresentou 55,6, ainda dentro do nível IV, e a menor nota com 46,1 no nível III (semelhante ao nível IV, diferenciando pela escolaridade dos pais). Com um desvio padrão de 2,0 e um coeficiente de variação baixa, de 3,9% apresenta similaridades quanto ao nível socioeconômico das escolas do mesmo município.

Entrando para as análises de custos na educação, levantou-se o custo total anual das 41 escolas analisadas e apresentou como maior representatividade os custos pedagógicos com 79,5% (R\$ 27.632.962,01), seguido dos custos administrativos 12,5% (R\$ 4.327.860,20) e seguido dos custos sociais anuais com 8,0% (R\$ 2.782.950,25), chegando aproximadamente a 35 milhões de reais nas escolas municipais de ensino fundamental, para os anos iniciais.

**Tabela 3:** Descrição dos custos e a sua representatividade

	R\$	Representatividade
Custos Pedagógicos anual	R\$ 27.632.962,01	79,5%
Custos Administrativo anual	R\$ 4.327.860,20	12,5%
Custos Sociais anual	R\$ 2.782.950,25	8,0%
Soma dos custos anuais	R\$ 34.743.772,46	

**Fonte:** Dados da pesquisa

Os custos pedagógicos apresentaram como uma média mensal por aluno de R\$ 154,77 (cento e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), o custos médio administrativo indicou R\$ 23,76, e para os custos sociais, apesentou uma média de R\$ 15,14 (quinze reais e quatorze centavos), somados os custos, o custo mensal por aluno no ensino fundamental para os anos iniciais no ano de 2013 foi de R\$ 193,66 (cento e noventa e três reais e sessenta e seis centavos).

A Tabela 4 apresenta uma síntese dos custos pedagógico, administrativo e social quanto as suas médias, valores máximos e mínimos, desvio padrão e coeficiente de variação.

**Tabela 4:** Valores dos custos, por tipo de custos

Valores	Pedagógico	Administrativo	Social
Média dos custos Mensal/aluno	R\$ 154,77	R\$ 23,76	R\$ 15,14
Máxima dos custos Mensal/aluno	R\$ 373,17	R\$ 52,18	R\$ 37,58
Mínimo dos custos -Mensal/aluno	R\$ 44,19	R\$ 7,02	R\$ 4,91
Desvio Padrão do custo Mensal/aluno	R\$ 72,42	R\$ 11,79	R\$ 7,32
Coeficiente de variação	46,8%	49,6%	48,4%

**Fonte:** Dados da pesquisa

Os custos pedagógicos são os mais representativos, assim como métricas de desvio padrão e coeficiente de variação, que auxiliam a dispersão da média das respostas, pontuando que os custos pedagógico chegam até a R\$ 373,17 e seu mínimo de R\$ 44,19, sendo que grande parte das respostas estão com um desvio de R\$ 72,42 acima ou abaixo da média, assim como os custos administrativos apresentando o mínimo de R\$ 7,02 e o máximo de R\$ 52,18, enquanto os custos sociais apresentam a média de R\$ 15,14 onde a máxima e o mínimo são respectivamente R\$ 37,58 e R\$ 4,91. Dentre todos os custos, os valores são bem diversificados, apontados índices altos de variação, que é o desvio padrão dividido pela média.

Na segunda etapa, realizou-se a análise de correlação entre as todas as variáveis, e posteriormente uma regressão das variáveis independentes e dependentes.

**Tabela 5:** Correlação entre variáveis

	Nota IDEB	Local	Núm. Alunos	Ped. Mensal/ aluno	Soc. Mensal/ aluno	Adm. Mensal/ aluno	NSE
Nota IDEB	1,0						
Local	0,2	1,0					
Núm. Alunos	0,3	0,5	1,0				
Ped. Mensal/aluno	-0,2	-0,5	-0,6*	1,0			
Soc. Mensal/aluno	-0,3	-0,6*	-0,4	0,6*	1,0		
Adm. Mensal/aluno	-0,3	-0,3	-0,5	0,5	0,7*	1,0	
NSE	0,4*	0,6	0,3	-0,3	-0,4	-0,2	1,0

**Fonte:** Dados da pesquisa

Em A correlação entre as variáveis apresentada na Tabela 1 demonstra como as variáveis estudadas se relacionam. Para o estudo, foram consideradas as correlações com força moderada para cima e com significância estatística, como o desempenho dos alunos (variável nota do IDEB), a correlação moderada apresentou-se um índice de  $R = 0,4$  com o NSE (Nível Socioeconômico), desta forma a leitura fica evidenciada como quanto maior o NSE maior será a nota do IDEB dos alunos, as outras variáveis tem associação pequena ou leve para o desempenho dos alunos.

Outra analise para o quadro da correlação, dentre as maiores correlações pontua-se o cruzamento dos custos administrativos com os custos sociais, ( $R=0,7$ ) classificado como correlação alta, quanto maior o custo administrativo mensal por aluno maior será o custo social mensal por aluno, e uma análise inversamente proporcional, quando o sinal apresenta-se negativo, são as variáveis de custos pedagógicos mensais por aluno, inversamente ao número de alunos ( $R=-0,6$ ) ainda que uma correlação moderada, quanto maior os custos pedagógicos mensais por aluno menor será o número de alunos, ou quanto menor os custos pedagógicos maior será o número de alunos, uma correlação inversa, mesmo valor de  $R$  dos custos sociais para o local da escola, quanto mais urbana, menos os custos sociais, e diretamente proporcional para o custos sociais quando aumentam, aumentam os custos pedagógicos.

**Tabela 6:** Regressão do modelo das variáveis dependentes para a independente

Estatística de regressão	R múltiplo	R-Quadrado	R-quadrado ajustado	Erro padrão	Observações
1	0,532	0,283	0,156	0,579	41

**Fonte:** Dados da pesquisa

Seguindo as análises estatísticas, a regressão apresentou  $R^2 0,283$ , sendo possível de apontar que o modelo representa 28,3% da variância da nota do IDEB (Hair et al, 2005).

Dentre as variáveis independentes, a variável NSE apresentou dados significativos ( $p<0,05$ ), e uma força diretamente proporcional, quanto maior o Nível Socioeconômico da Escola, maior será o desempenho médio dos alunos do IDEB. As outras variáveis não foram significativas, conforme tabela 7.

**Tabela 7:** Valores da regressão

	Coeficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P
Interseção	-0,86	2,80	-0,31	0,76
Local	-0,24	0,39	-0,61	0,55
Núm. Alunos	0,00	0,00	0,93	0,36
Ped.Mensal/aluno	0,00	0,00	0,69	0,49
Soc.Mensal/aluno	-0,01	0,02	-0,58	0,56
Adm.Mensal/aluno	-0,01	0,01	-0,90	0,37
NSE	0,13*	0,06	2,21	0,03*

Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 1 apresenta as variações dos custos mensais por aluno, juntamente com as notas do IDEB e o NSE, a imagem ilustra a variação dos custos mensais por aluno, e apresenta valores equivalentes para o Nível Socioeconômico das escolas uma leve variabilidade quanto as notas médias dos desempenhos do IDEB. Ajustando a nota do IDEB (multiplicado por 40), e o índice do Nível Socioeconômico (multiplicado por 4), chegou à representação no gráfico.

Com uma análise mais detalhada, a primeira forma de avaliar o gráfico é quais os maiores apontamentos das notas do IDEB, são encontrados nas escolas 27 (276), 32 (264), 19 e 23 (248) e 33 e 38 (240), as maiores, respectivamente, notas pelo desempenho do IDEB.

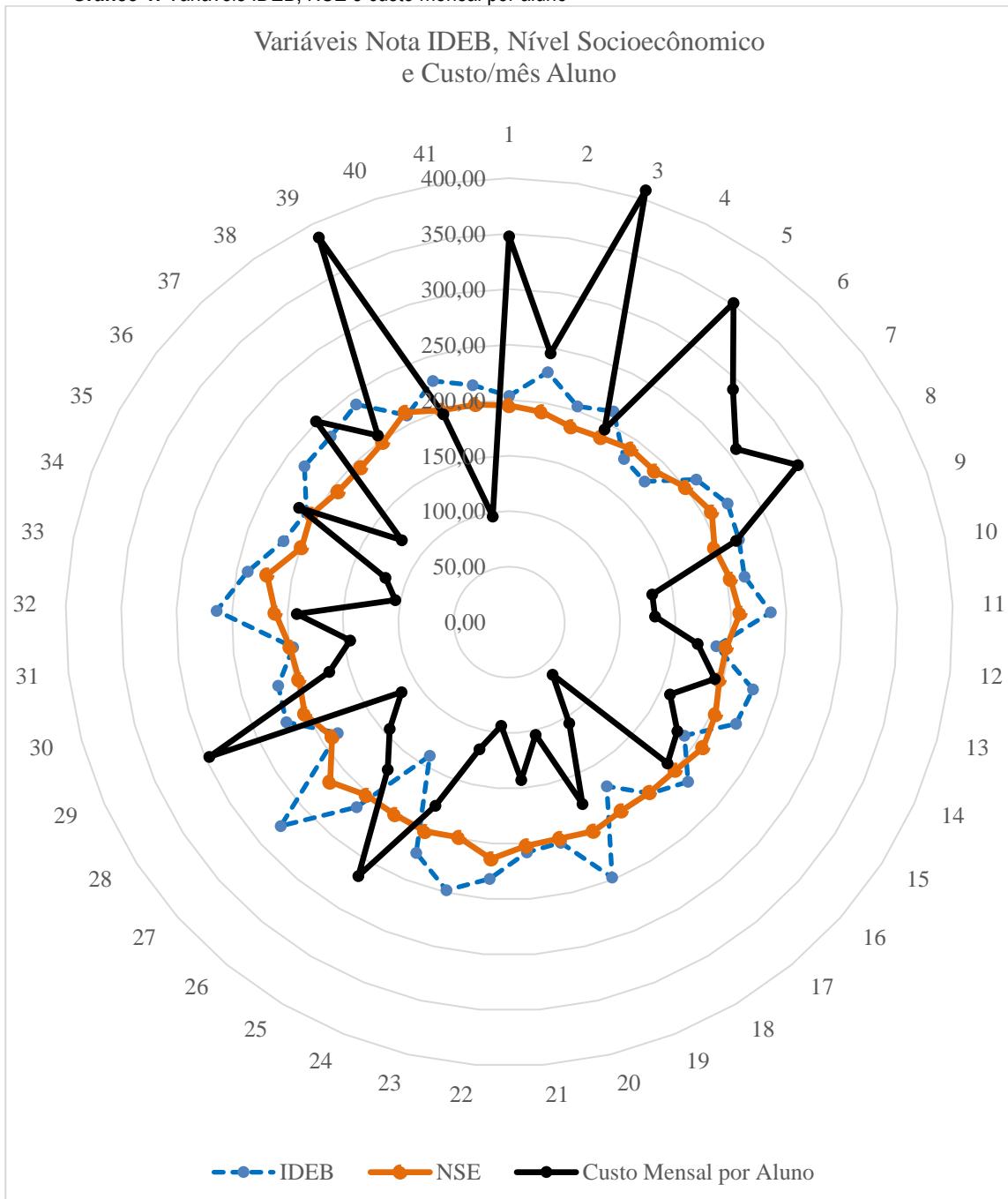
Para o NSE, quanto maior melhor o índice de nível socioeconômico, as escolas 33 (222,41), 27 (216,37), 22 (213,92), 32 (211,05) e 39 (211,01) foram as cinco com maiores NSE.

O custo mensal por aluno das escolas, ficou com a média de R\$ 193,66, as escolas com maiores custos mensais foram 3 (R\$ 408,23), 39 (R\$ 386,84), 5 (R\$ 351,49), 1 (R\$ 347,65) e 29 (R\$ 296,29), dentre estas, nenhuma ficou entre as cinco melhores nos índices de desempenho do IDEB, apontando que o custo mensal por aluno não está diretamente relacionado ao desempenho. Dentre os menores custos mensais por aluno, as escolas 17 (R\$ 61,41), 22 (R\$ 93,66), 41 (R\$ 96,49), 20 (104,31) e 33 (R\$ 104,52), em contrapartida dos maiores custos, a escola 22 ficou entre as cinco melhores no nível socioeconômico, e a escola 33, além de ficar entre as principais no NSE também apresentou um bom desempenho do IDEB, possibilitando ser uma referência entre as demais escolas com formas de gestão dos custos pedagógicos, administrativos e sociais.

Corroborando com a regressão, que apresentou que a variável NSE tem força significativa com o IDEB, pode-se analisar nas escolas 27, 32 e 33, escolas que apresentaram maiores índices socioeconômico também resultados positivamente, acima das demais, para o desempenho dos alunos para a nota do IDEB.

Considerando o contexto abordado na pesquisa, observa-se que a identificação da relação da variável NSE com o desempenho do IDEB possibilita a elaboração de políticas públicas, que visem a melhoria da qualidade da educação municipal, mais eficientes.

Gráfico 1: Variáveis IDEB, NSE e custo mensal por aluno



Fonte: Dados da pesquisa

Apesar da pesquisa não apontar uma relação entre os custos das unidades escolares com o desempenho dos alunos das escolas municipais de Luziânia – GO, foi possível observar que existe uma disparidade entre os investimentos financeiros nas escolas por meio do desvio-padrão e coeficiente de variação apresentados na Tabela 4 e evidenciado graficamente pelo Gráfico 1.

Conforme referencial teórico levantado, o custo refere-se ao gasto utilizado na produção de um bem ou serviço (Martins, 2010). Ainda que a pesquisa não tenha apontado um coeficiente de correlação alto, ou até mesmo uma significância estatística, tais diferenças podem afetar no desempenho dos alunos por não ser um recurso utilizado para tentar suprir as diferenças de nível socioeconômico dos alunos, algo que não pode ser solucionado apenas com o recurso da Secretaria da Educação Municipal, mas sim por políticas públicas municipais, estaduais e federais.

Os custos podem auxiliar, conforme relata Alves Filho (2004), o poder público quanto a transparência e objetividade, subsídio ao processo de tomada de decisões e redução de desperdício e racionalização dos custos, a fim de otimizar a aplicação de recursos públicos nas escolas municipais. Tais pressupostos visam a promoção de uma gestão integrada, compartilhada e que estimule a cidadania fiscal por meio do direito legítimo de controle social dos gastos públicos (Matias-Pereira, 2012).

Além de ser utilizado como organização dos custos para esse estudo, a divisão dos custos em custo pedagógico, administrativo e social proposta por Amâncio Vieira *et al.* (2013) permite uma melhor compreensão dos recursos aplicados em cada escola, o que garante análises por unidade escolares e não do conjunto das escolas municipais. A análise minuciosa por unidade escolares permite que o gestor perceba as diferenças de recurso e traga maior equidade entre as escolas e trabalhar para buscar, de alguma maneira, auxiliar no desempenho dos estudantes conforme o nível socioeconômico, o qual foi evidenciado pela análise realizada como a variável mais influente nas escolas municipais de Luziânia - GO.

## 5 Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo mensurar a relação das variáveis de custos, socioeconômicas e pedagógica no desempenho dos alunos do Ensino Fundamental da cidade de Luziânia - GO.

Inicialmente realizou-se uma descrição geral dos dados das escolas sendo os principais de resultados dos custos com a média da cidade, dos custos totais (pedagógico, administrativo e social) R\$ 193,66 (cento e noventa e três reais e sessenta e seis centavos), o desempenho médio das escolas para o IDEB foi a nota 5,4, e o Nível Socioeconômico ficou com a média de 50,1 pontos, classificando no quadro com o nível IV, onde suas particularidades são de alunos tem nos pais, a escolaridade do ensino fundamental, que podem ter terminado o ensino médio mas dificilmente completaram a faculdade, pois a renda familiar está entre 1 a 2 salários mínimos.

No que tange a questão dos custos das escolas municipais do município estudado, verifica-se que desmembrados os custos em administrativos, pedagógicos e sociais auxiliam na contabilidade gerencial das escolas para gerir os recursos e buscar o melhor aproveitamento dos investimentos para que os resultados nos indicadores educacionais aumentem, classificar como boas práticas as escolas que conseguem os melhores resultados com os menores custos, e buscar implantar métodos das escolas modelos para as outras escolas respeitando suas particularidades, desta forma, padronizando as ações os resultados tornam-se positivos, em uma forma de ganha-ganha, visto que as escolas ganham com o melhor desempenho dos alunos, e os recursos são investidos adequadamente, reduzindo desperdícios, e também fortalecendo as ações diárias dentro das instituições de ensino, fomentando novas ideias por parte dos gestores e dos professores.

Utilizando as medidas de correlação e regressão, verificou-se que as variáveis tem influências umas sobre as outras, conforme demonstrado pelas correlações, destas algumas com maior intensidade, como os custos administrativos diretamente proporcional aos custos sociais ( $R=0,7$ ) assim como o caso da Nota do IDEB com ao NSE ( $R=0,4$ ), inversamente proporcional o número de alunos com os custos pedagógicos ( $R=-0,6$ ), entre outras relações. Na regressão, com a variável independente que é o desempenho pelas notas do IDEB, a variável que apresentou significância foi o nível socioeconômico, com o valor de  $\beta = 0,13$ , e o  $p < 0,05$ , demonstrando que o nível socioeconômico influencia diretamente proporcional as notas do IDEB, buscando aumentar o NSE aumentará o desempenho educacional, para esta informação a gestão pública com estratégias embasadas nas finanças públicas pode elaborar políticas e ações para melhorar o nível socioeconômico das famílias dos alunos para ampliar sua compreensão quanto aos conhecimentos e apresentar melhorias nos resultados dos indicadores educacionais.

Os dados descritos acima foram mais bem evidenciados no Gráfico 1 onde plotou-se as variáveis de custo, socioeconômicas e de desempenho de forma conjunta, podendo ser destacados que não precisamente

as escolas com mais recursos obtém os melhores resultados no que tange ao desempenho educacional dos alunos.

Apesar de não ter sido encontrado uma correlação significativamente estatística entre os custos com o desempenho escolar, foi possível observar, por meio do desvio-padrão e coeficiente de variância (Tabela 4), que existe uma divergência no recurso investido nas unidades escolares no município de Luziânia-GO. Isso evidencia que o recurso poderia ser usado de forma mais eficiente para tentar suprir as diferenças socioeconômicas dos alunos, o qual foi observado como a variável mais influente no desempenho no IDEB. Ressalta-se que o nível socioeconômico não é de responsabilidade unicamente da Secretaria Municipal de Educação, mas o recurso pode ser utilizado para amenizar as consequências e buscar uma educação mais equitativa para os alunos do ensino municipal.

Para novos estudos, propõe-se pesquisas com as mesmas variáveis e métodos em outras cidades brasileiras e/ou outras cidades de países que possuem características socioeconômicas similares, para avaliar se os achados desta pesquisa também se fazem presentes em diferentes municípios. Como limites desta pesquisa, verifica-se que a divulgação dos dados secundários relacionados ao desempenho escolar no Brasil ocorre bianualmente, ou seja, com algum tempo de atraso o que pode dificultar a análise dos resultados no curto prazo.

A pesquisa possui contribuição empírica pois os dados aqui apresentados podem auxiliar aos gestores municipais de educação a desenvolver ações administrativas para uma melhor alocação dos recursos financeiros do município bem como pode auxiliar para elaboração de políticas públicas voltadas para a educação. Em termos teóricos a contribuição se dá pelo fato de utilizar para avaliar a educação variáveis relacionadas a custos, nível socioeconômico e de desempenho escolar de forma conjunta, que é pouco usual neste tipo de pesquisa. O grau de correlação do nível socioeconômico, assim como sua significância estatística, mostra o quanto relevante é o perfil dos discentes para o desempenho escolar das escolas municipais de Luziânia-GO, o que é mais um caso que evidencia a relevância de políticas públicas socioeconômicas para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

## **Referências**

- Abu-El-Haj, J. (2005). Da “Era Vargas” à FHC: transições políticas e reformas administrativas [Special Issue]. *Revista de Administração Pública*, 41, p. 67-86.
- Alves Filho, E. M. (2004, outubro). Implantação de Sistemas de Custos no Setor Público: um caso real antes da Lei de Responsabilidade Fiscal. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Porto Seguro, BA, Brasil, 11.
- Amâncio-Vieira, S. F., Borinelli, B., Negreiros, L. F. & Dalmas, J. C. (2015). A Relação entre Custos Direto e Desempenho Escolar: uma análise multivariada nas escolas de ensino fundamental de Londrina-PR. *Educação em Revista*, 31(1), p. 169-194.
- Amâncio-Vieira, S. F.; Borinelli, B.; Negreiros, L. F.; Oliveira, J. E.; Mahnic, C. L. P. (2013) Relatório de pesquisa: custos e desempenho das unidades escolares de ensino fundamental do município de Alvorada do Sul - PR.
- Borinelli, B., Amâncio-Vieira, S. F., Negreiros, L. F., Pereira, R. S. & Pereira, R. R. G. (2014). Relação entre Custos, Desempenho e Variáveis Educacionais do Ensino Fundamental: um estudo de caso em Ibirapuã-PR. *Revista do Serviço Público*, 65(3), p. 355-381.
- Bernardi, J. (2007). *A Organização Municipal e a Política Urbana*. Curitiba: Ibpex.
- Brasil. (1988). Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. (1996). Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm).
- Bresser-Pereira, L. C. (1996). Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. *Revista do Serviço Público*, 47(1), p. 07-40. <https://doi.org/10.21874/rsp.v47i1.702>.
- Castro, C. de M. (1976). Estrutura e apresentação de publicações científicas. São Paulo: McGraw-Hill.

- Catelan, D. W., Negreiros, L. F., Amâncio-Vieira, S. F. & Carvalho, S. C. (2016). Custos, desempenho e estrutura educacional do ensino fundamental: uma análise no município de Rolândia/PR. Enfoque: Reflexão Contábil, 35(1), p. 113-128.
- Giacomoni, J. (2007). Orçamento Público. São Paulo: Atlas.
- Giambiagi, F. & Além, A. C. (2011). Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Guimarães Neto, O. (2012). Análise de Custos [e-book]. Curitiba: IESDE BRASIL S.A
- Hair, J. F. Jr., Barin, B., Money, A. H. & Samouel, P. (2005). Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014a). Dados Abertos – Microdados. INEP, Brasil. Disponível em: <<http://inep.gov.br/dados>>. Acesso em: 28 ago. 2014.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2014b). Nota Técnica – Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (INSE). INEP, Brasil.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2007). Nota Técnica: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. INEP, Brasil.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2014c). Desempenho da sua escola / Prova BRASIL. INEP, Brasil.
- Machado, N. (2002). Sistema de Informação de Custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil.
- Machado, N. & Holanda, V. (2010). Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. Revista de Administração Pública, 44(4), p. 791-820.
- Martins, E. (2010). Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas.
- Matias-Pereira, J. (2012). Finanças Públicas: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público. São Paulo: Atlas.
- Ministério da Educação. IDEB – Apresentação [online]. Ministério da Educação, Brasil. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br>.
- Ministério da Educação. História [online]. Ministério da Educação, Brasil. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=2>>. Acesso em: 04 jun. 2017.
- Negreiros, L. F. & Amâncio-Vieira, S. F. (2012). Proposição de Metodologia de Apuração de Custos de Unidades Escolares para Fins de Produção de Indicadores de Gestão de Escolas do Ensino Fundamental (1 ao 4 ano): um estudo a partir da experiência da cidade de Londrina-PR. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/272818340\\_Proposicao\\_de\\_Metodologia\\_de\\_apuracao\\_de\\_Custos\\_de\\_Unidadades\\_Escolares\\_para\\_fins\\_de\\_Producao\\_de\\_Indicadores\\_de\\_Gestao\\_de\\_Escolas\\_do\\_Ensino\\_Fundamental\\_de\\_1\\_AO\\_4\\_ANO\\_um\\_Estudo\\_a\\_partir\\_da\\_Experiencia\\_d](https://www.researchgate.net/publication/272818340_Proposicao_de_Metodologia_de_apuracao_de_Custos_de_Unidadades_Escolares_para_fins_de_Producao_de_Indicadores_de_Gestao_de_Escolas_do_Ensino_Fundamental_de_1_AO_4_ANO_um_Estudo_a_partir_da_Experiencia_d).
- Oliveira, R. R., da Silva Bernadino, A., da Silva-Vital, E. & Nascimento, V. M. S. (2013, outubro). Custos em organizações públicas: um estudo bibliométrico da produção científica. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 10.
- QEdU. Nível Socioeconômico (NSE) [online]. Recuperado de <http://www.qedu.org.br>.
- Santos, L. L. (2002). Políticas públicas para o ensino fundamental: Parâmetros curriculares nacionais e Sistema Nacional de avaliação (SAEB). Rev. Educ. & Soc., 23(80), p. 346-367.
- Secchi, L. (2009). Modelos Organizacionais e Reformas da Administração Pública. Revista de Administração Pública, 43(2), p. 347-369.
- Triviños, A. N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

## ANEXO A - DADOS DAS ESCOLAS ANALISADAS

Escola	Nota IDEB	IDEB – Ajustado (*40)	NSE - VALOR ABSOLUTO	NSE – Ajustado (*4)	Custo Médio Aluno
1	5,10	204,00	48,78	195,12	347,65
2	5,70	228,00	47,92	191,66	245,07
3	5,10	204,00	46,14	184,57	408,23
4	5,30	212,00	46,44	185,74	193,59
5	4,50	180,00	47,67	190,67	351,49
6	4,40	176,00	47,22	188,89	291,04
7	5,30	212,00	50,03	200,13	257,23
8	5,60	224,00	51,96	207,83	296,15
9	5,50	220,00	49,20	196,80	217,20
10	5,40	216,00	50,80	203,21	131,24
11	5,90	236,00	52,06	208,25	131,51
12	4,70	188,00	49,28	197,12	170,92
13	5,70	228,00	49,11	196,43	192,40
14	5,60	224,00	50,94	203,77	158,82
15	4,70	188,00	52,03	208,11	180,54
16	5,40	216,00	50,14	200,55	191,08
17	5,00	200,00	49,72	198,90	61,41
18	4,30	172,00	49,44	197,77	105,86
19	6,20	248,00	50,78	203,11	176,49
20	5,10	204,00	50,04	200,15	104,31
21	5,20	208,00	50,54	202,15	142,69
22	5,80	232,00	53,48	213,92	93,66
23	6,20	248,00	49,79	199,15	117,52
24	5,60	224,00	50,81	203,23	178,19
25	3,50	140,00	50,43	201,70	265,95
26	5,40	216,00	50,53	202,13	172,16
27	6,90	276,00	54,09	216,37	144,43
28	4,60	184,00	47,54	190,15	115,75
29	5,50	220,00	50,50	201,99	296,29
30	5,40	216,00	49,11	196,45	168,25
31	4,90	196,00	49,69	198,75	144,22
32	6,60	264,00	52,76	211,05	191,51
33	6,00	240,00	55,60	222,41	104,52
34	5,40	216,00	49,71	198,85	118,45
35	5,20	208,00	50,78	203,11	215,61
36	5,80	232,00	48,48	193,91	121,82
37	5,80	232,00	48,25	192,98	251,18
38	6,00	240,00	49,52	198,07	205,70
39	5,20	208,00	52,75	211,01	386,84
40	5,70	228,00	50,05	200,22	196,54
41	5,40	216,00	49,59	198,34	96,49

## DADOS DOS AUTORES

### Thiago Spiri Ferreira

Mestre em Administração pela UEL

Docente colaborador do curso de Administração da UEL

Endereço: Rio Grande do Norte, 652 – Centro.

CEP: 86026490 – Londrina/PR - Brasil

E-mail: thiagospiri@gmail.com

Telefone: (43) 3324-9767

### Camila Moliani Ferri

Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina

Servidora na Prefeitura Municipal de Londrina

Email: camila\_moliani@hotmail.com

### Saulo Fabiano Amâncio Vieira

Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho

Professor Adjunto do Departamento de Administração na Universidade Estadual de Londrina

Endereço: Rodovia Celso Garcia Cid, 445km 380.

CEP: 86051990 – Londrina/PR - Brasil

Email: saulofav@gmail.com

Telefone: (43) 3371-4275

### Izabela Calegario Visentin

Doutora em Administração pela Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura

Professora de Administração no Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro Oeste

Endereço: BR 040 km16.

CEP: 38600000 – Luziânia/GO - Brasil

Email: izabela.calegario@unidesc.edu.br

Telefone: (61) 3878-3100

### Pablo Henrique Paschoal Capucho

Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina

Email: pablocapucho@hotmail.com

### Contribuição dos Autores:

Contribuição	Thiago Spiri ferreira	Camila Moliani Ferri	Saulo Fabiano Amâncio Vieira	Izabela Calegario Visentin	Pablo Henrique Paschoal Capucho
1. Concepção do assunto e tema da pesquisa			X	X	
2. Definição do problema de pesquisa			X	X	
3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos)		X			X
4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)	X				X
5. Desenvolvimento da plataforma teórica	X				X

6. Delineamento dos procedimentos metodológicos	X			X
7. Processo de coleta de dados			X	
8. Análises estatísticas	X	X		X
9. Análises e interpretações dos dados coletados	X	X	X	X
10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa	X	X	X	X
11. Revisão crítica do manuscrito			X	X
12. Redação do manuscrito	X	X		X